

Empreendedorismo e desenvolvimento local sustentável

Denilson dos Reis (G-Uniandrade)
João Paulo Simões (G-Uniandrade)
Ligia Greatti (Uniandrade)
Remer Fagner Pizzi (G-Uniandrade)

REFERÊNCIA

REIS, D. *et al.* Empreendedorismo e desenvolvimento local sustentável. In: **CADERNO DE ADMINISTRAÇÃO**. V. 14, N.2, p. 14-24, JUL/DEZ. 2006.

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar aspectos relacionados ao empreendedorismo e a sua contribuição ao desenvolvimento local de forma sustentável, juntamente com ações realizadas pelas organizações, sociedade e governo. Para tanto, aborda, em primeiro lugar o que vem a ser desenvolvimento local, a maneira e ações políticas de promovê-lo, bem como as formas de empreendedorismo que podem desencadeá-lo. Posteriormente, apresenta conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento local integrado, mostrando como o desenvolvimento local tende a melhorar a vida dos indivíduos e da sociedade.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Desenvolvimento Local. Desenvolvimento Sustentável.

1. INTRODUÇÃO

Promover desenvolvimento econômico local é uma idéia antiga e que atualmente, com o processo de globalização, vem sendo reforçada e aprimorada através de novas formas de empreendedorismo. A globalização do mercado abriu fronteiras, mas ao mesmo tempo restringiu algumas localidades devido a alta competitividade e à entrada de produtos externos com preços mais acessíveis. Estas localidades, por sua vez, buscam formas diferentes de se desenvolver e até mesmo de sobreviver neste ambiente. O incentivo ao empreendedorismo pode então favorecer a inovação e a criação de novas empresas e de novas formas de negociação, e assim contribuir para que um local, seja ele uma comunidade, um bairro, uma cidade ou região, se desenvolva.

De acordo com a visão de Schumpeter (1976) o empreendedor é componente fundamental do processo de desenvolvimento econômico, pois introduz novos produtos e serviços no mercado através de um processo chamado de destruição criativa, ou seja, a substituição de produtos e serviços antigos, por outros mais eficientes. Para Leite (2002, p. 51) “os empreendedores soa um dos ativos mais importantes de qualquer economia”. Neste sentido, desenvolver uma localidade implica empreender iniciativas a partir do potencial local e isso depende em boa parte da população, do empresariado e da administração local.

O desenvolvimento local, principalmente de regiões menos favorecidas, tem sido tema freqüente de estudos de acadêmicos, pesquisadores, políticos, e de todos aqueles que se preocupam com as constatações de carência e de desigualdade social das regiões com menor grau de dinamismo e recurso. A questão do desenvolvimento passou a ser discutida através do “local”, ou seja, como empreender iniciativas de desenvolvimento a partir de características, vocações e apelo local, onde esta categoria se apresenta como diversas: econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica que mantêm umas em relação às outras, um relativo grau de autonomia. (TENÓRIO, 2004).

Nessa vertente sociedade e instituições passaram a trabalhar com a idéia de inclusão social, a fim de promover, garantir e melhorar a vida das pessoas captando as necessidades humanas e sociais básicas como um todo. Assim o empreendedorismo, bem como o apoio que é dado a ele, aparece como uma forma de promover o desenvolvimento local, e assim contribuir para que os indivíduos realmente pertençam a uma sociedade e para que tal desenvolvimento se dê de forma integrada e sustentável. Nesta perspectiva, o desenvolvimento precisa ocorrer no âmbito econômico, político, ambiental e social, ou seja, todo o conjunto precisa se desenvolver de forma equilibrada para que haja uma integração no desenvolvimento e para que se torne sustentável ao longo do tempo, e não apenas um crescimento imediato sem projeção futura.

2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL (DEL)

A palavra local, não é sinônimo de pequeno e não restringe necessariamente à diminuição ou redução. O conceito de local adquire, pois, a conotação de alvo socioterritorial das ações e passa, assim, a ser definido como o âmbito abrangido por um processo de desenvolvimento em curso, em geral quando esse processo é pensado, planejado, promovido ou induzido. (FRANCO, 2000). Portanto, de certa forma, todo o desenvolvimento é local, seja este local um distrito, um município, uma região de um país, um país, uma região do mundo.

Não se deve confundir também Desenvolvimento Local com localismo, o desenvolvimento local deve ser visto com um conjunto de respostas e conflitos dados pelas forças sociais produtivas presentes num dado território. Com isso, Franco, (2000) coloca que o desenvolvimento local é um modo de promover o desenvolvimento que leva em conta o

papel de vários fatores para tornar dinâmicas as potencialidades que podem ser identificadas quando olhamos para uma unidade socioterritorial delimitada.

Desenvolvimento Local é a ativação ou reativação econômica-social de determinadas localidades ou regiões que, diante da globalização comercial e industrial vigente, foram esquecidas, abandonadas e até mesmo “riscadas do mapa”, com principal interesse de melhorar a vida das pessoas que lá vivem e provocar equidade social. De acordo com Tenório *et. al.*(2004, p. 1) este assunto “tem sido tema freqüente de preocupação de acadêmicos , planejadores, políticos [...]que direta ou indiretamente envolvem-se com as constatações de carências e de estreiteza da base econômica de áreas com menor grau de dinamismo”.

É visto que o Desenvolvimento Local se dá apenas a partir de mudanças sócio-político da região, e é preciso uma mudança na filosofia de vida, de atitude das pessoas, que traga uma imensa mudança na estrutura da região, não pensando somente no fator econômico, mas também no social das pessoas que habitam determinado local.

Como afirma Tenório *et. al.*(2004, p. 3), dizendo que:

o fortalecimento da cidadania torna-se uma condição necessária para o desenvolvimento local, que passa a ser entendido pela ação coordenada entre a sociedade civil e o poder publico municipal implementada por meio de um processo participativo e democrático, em prol do bem-estar social, econômico, político e cultural de um dado território.

Ainda citando Tenório *et. al.*(2004), é preciso empreender iniciativas de desenvolvimento a partir de características, vocações e apelo local, na ordem econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica que mantêm umas em relação às outras, um relativo grau de autonomia. Percebe-se que o desenvolvimento deve ocorrer a partir da necessidade e do potencial de cada localidade, além de observar e analisar aspectos relacionados à cultura da população, do ambiente físico, político entre outras variáveis.

Notadamente, políticos governamentais, em seu estrito conceito de ‘mostrar serviço à sociedade’ pensam que a geração de empregos, vagas escolares, entretenimento mínimo, bolsas auxílio entre outros, são capazes de suprir a necessidade de uma comunidade, por isso é preciso que, para promover Desenvolvimento Local, a sociedade aumente sua atuação junto à governança local, para que o desenvolvimento não seja simplesmente econômico e sim um complexo que englobe desenvolvimento nas áreas sociais, urbanas, sanitárias, financeiras e outras.

Meyer-Stamer (2004, p.17) comenta sobre empresas privadas:

Empresas privadas não estarão particularmente atraídas por uma iniciativa de DEL que pareça consistir, em sua maior parte, de reuniões e que não apresente resultados visíveis. Ainda que o DEL gere benefícios rápidos, tangíveis para as empresas, não há garantia de que se envolverão de forma ativa. Ironicamente, isso tem a ver com alguns aspectos específicos da globalização.

Portanto DEL significa reunir política de emprego, política de desenvolvimento urbano, política de desenvolvimento rural, política social, política familiar e política de saúde (MEYER-STAMER, 2004). O objetivo do DEL é criar condições gerais favoráveis para empresas, sem focar um ou outro setor específico. As empresas tomam por certa a disponibilidade de fatores especializados e, se encontrarem alguma deficiência em relação a isso, freqüentemente prefere comprar em outro lugar a investirem um esforço político de localização com a desfavorável relação custo-benefício. O governo local pode desenvolver uma disposição favorável aos negócios e pensar em todo tipo de contexto sobre modos de tornar a vida de uma empresa mais fácil. Isso reflete mudanças reais, inclusive a decrescente

amplitude para política de localização devido à pressão dentro de cadeias de valor e ao comportamento de empresas com sede fora do local (MEYER-STAMER, 2004, p. 24).

Com a perspectiva, o desenvolvimento local, expresso na territorialidade, se apresentam como posição definida, pelo que incorpora uma densa rede de relação entre serviços e organizações públicas, iniciativas empresariais urbanas e rurais, agrícolas e não agrícolas. Abromovay (1998 *apud* Tenório *et al* 2004) ressalta a importância do fenômeno da “proximidade social”, que permite uma coordenação entre os atores sociais capaz de transformar o ambiente em que atuam em base para empreendimentos inovadores, superando as vantagens competitivas advindas dos atributos naturais, de localização ou setoriais.

3. MANEIRAS PROMISSORAS DE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL

A prática do desenvolvimento local no Brasil surgiu, a partir do momento em que os administradores locais perceberam a carência de seus municípios e passaram a tomar providências com intenção de melhorar a qualidade de vida da população e ganhar autonomia. As lideranças políticas caminhavam em busca de recursos para ali desenvolver projetos a fim de beneficiar os trabalhadores e moradores proporcionando para eles mais saúde, trabalho e renda, moradia e conseqüentemente equidade social. Para isso nota-se que é necessário um planejamento para que o desenvolvimento se dê de forma organizada, favorecendo toda a população.

Neste sentido, Meyer-Stamer (2001) evidencia etapas da promoção local ocorridas nos países desenvolvidos, que serviriam como um bom roteiro a ser seguido em países em desenvolvimento. Estas etapas são, inicialmente a disponibilidade de terrenos; logo após o apoio e a atração de empresas e faz-se um marketing de imagem local; o próximo passo é dar apoio com uma agência de desenvolvimento, sucessão empresarial, suporte para empresas e novos empreendimentos; e por fim fazer a integração com a agenda 21, definir uma estratégia regional e fazer ligação entre promoção econômica e outras atividades.

Meyer-Stamer (2004, p.12) cita que: “planejar DEL, é em particular uma estratégia para vários anos, é geralmente baseado numa análise profunda da economia local. Preparar tais análises é algo que requer pelo menos várias pessoas-meses, senão pessoas-anos”. Para promover um Desenvolvimento Econômico Local é preciso, segundo Meyer-Stamer (2001), primeiramente promover empresas residentes através da administração e promoção de Micro e Pequenas Empresas, em seguida atrair novos investidores através de atividades de marketing e incentivar novos empreendedores através de benefícios e apoio.

Assim, de acordo com a situação econômico-estrutural de cada região-local é que atuará o estudo do Desenvolvimento Local, de acordo com suas necessidades. Para tanto, primeiramente torna-se necessário a realização de um diagnóstico local para verificar as necessidades e potencialidades de uma dada região. Em regiões com poucas indústrias, pode promover novos investidores e depois novos empreendedores; em regiões onde a estrutura está sofrendo uma grande alteração o viável é a atração de novos empreendedores; e em regiões onde a estrutura já está fixada, o importante é mantê-la e promovê-la. Portanto, desenvolvimento só ocorrerá quando surgirem novos múltiplos laços de realimentação de reforço, fazendo com que esses laços gerem renda, multiplique o número de proprietários produtivos, eleve o nível de escolaridade da população e aumente o número de organizações da sociedade civil.

Uma das grandes vantagens apresentada é o aumento da renda para os indivíduos que habitam um determinado local e que se encontram envolvidos, e conseqüentemente a melhoria da qualidade de vida da população. Também se evidencia o aumento da organização social, cívica e política dos envolvidos, pois está na raiz de transformações pessoais e sociais

a melhora da auto-estima dos indivíduos, que se exercitam no ver-se, sentir-se e agir como cidadão.

Assim como o desenvolvimento de uma localidade depende dos indivíduos que vivem naquela localidade, depende também de muitos outros determinantes e condicionantes que os economistas em geral tendem a desprezar ou a julgar como externalidades. Além dos fatores culturais, econômicos, ambientais e outros já citados, existem fatores de localização que são primordiais para determinar a instalação de uma empresa que irá gerar o desenvolvimento econômico para um local. Meyer-Stamer (2001, p.15,16) os cita, dividindo-os em fatores objetivos e subjetivos.

Objetivos: Posição geográfica em relação aos mercados de compra e venda; Ligação à rede de transportes (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos); Oferta de mão-de-obra (qualificada e adequada, nível salarial); Disponibilidade de terrenos; Custo com energia e meio ambiente; Encargos municipais; Vantagens financeiras oferecidas pela cidade ou estado (incentivos fiscais, subvenções, etc.)

Subjetivos: Ambiente econômico da cidade e da região correspondente; Imagem da cidade / região; Contatos setoriais; Universidades, instituições de pesquisa e tecnologia; Perfil inovador da região; e Desenvolvimento de associações comerciais e industriais.

Nota-se que para promover o desenvolvimento local é preciso que haja infra-estrutura suficiente para que uma empresa possa se instalar e se desenvolver. Sem esta infra-estrutura, o desenvolvimento se torna restrito e algumas vezes até inviável, podendo inibir a abertura de novas empresas locais e a instalação de empresas de outras localidades que queira atuar no local.

Meyer-Stamer (2001, p.16) cita também fatores subjetivos, analisados pelas empresas, ao escolherem uma região para atuar, como: “a qualidade residencial e de seu entorno; a qualidade do meio ambiente; a qualidade das escolas e de outras instituições de formação; a qualidade da infra-estrutura; e a qualidade e diversidade de lazer”. Esses fatores são importantes, pois irão influenciar na vida das famílias proprietárias de tais empresas, e, portanto são requisitos analisados na escolha de um local.

Portanto, o interessante é a política regional trabalhar no sentido de criar ou desenvolver os fatores expostos, atuando como promotor desses fatores para que a região seja visada, bem quista e inicie um Desenvolvimento Econômico Local. Após a preparação do local para receber novas empresas, seja elas vindas de fora ou criadas no próprio local, é preciso diagnosticar as necessidades do local, suas potencialidades e capacidade, para então definir políticas de desenvolvimento.

Para isso, o desenvolvimento local depende do desempenho de uma pluralidade de atores (administrações, sociedade civil organizada, bancos e instituições de créditos, empresas de serviços urbanos, etc), que ocupam determinadas posições no espaço social e que estabelecem relações em função de metas e projetos comuns. (CRAGNOLINO, 2000 *apud* TENÓRIO *et al*, 2004).

3.1 FORMAS DE EMPREENDIMENTO QUE GERAM O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Na visão de Schumpeter o empreendedor é o agente de mudança, ou seja, aquele que destrói a ordem econômica existente através da introdução de novos produtos e serviços, através da criação de novas formas de organização e também da exploração de novos recursos e materiais. (SCHUMPETER, 1991). Schumpeter postulava que o desequilíbrio dinâmico provocado pelo empreendedor inovador, em vez de equilíbrio e otimização, é a norma de uma economia sadia e a realidade central para a teoria e a prática econômicas (DRUCKER, 1987).

Segundo Degen (1989), esse processo, chamado por Schumpeter de “destruição criativa”, – é “o impulso fundamental que aciona e mantém em marcha o motor capitalista” e quem dirige esse motor é o empreendedor. Tal processo é responsável pela substituição de produtos antigos por outros mais eficientes, mais baratos, mais ágeis, mais acessíveis, de melhor qualidade e comodidade.

Segundo Leite (2001) estão engajados num processo que o economista Joseph Schumpeter descreveu como “destruição criativa” - romper os velhos hábitos, pra gerar respostas novas às carências e desejos do mercado. Para o autor, os empreendedores são ágeis, persistente e, geralmente, trabalham como um tipo de capital intangível: boas idéias.

Citando Tenório *et. al.*(2004, p. 1) Desenvolvimento no sentido de desenvolver uma localidade é: “[...] empreender iniciativas de desenvolvimento a partir de características, vocações e apelo local [...] : econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica que mantêm umas em relação às outras, um relativo grau de autonomia”. Para que haja esse desenvolvimento, segundo Franco (2001), é necessário a presença de vários fatores, como: nível educacional da população, pessoas que tomem iniciativas, assumam responsabilidade de empreender novos negócios, sendo fundamental a participação da sociedade. Assim uma comunidade se desenvolverá quando tornar dinâmicas suas potencialidades.

A capacidade empreendedora e o potencial de articulação da base de conhecimentos, através da organização do potencial cooperativo, passam pelo peso determinante das relações extra-econômicas e das escolhas politicamente elaboradas pelos sujeitos sociais. A combinação de fatores e potencialidades para a construção de estratégias de desenvolvimento ancoradas no território depende do elo entre redes sociais informais com redes de finalidade produtiva. (FRANCO, 2001).

Além de ações básicas como infra-estrutura para o município (investimentos em saúde, escolas, saneamento, moradia), torna-se necessário algumas práticas que promova e desenvolva o local. Neste sentido, muitos municípios estão conseguindo promover iniciativas empreendedoras e inovadoras para desenvolver suas regiões, destacando-se como verdadeiras alavancas (ANPROTEC, 2004):

- Incubadoras de empresas: ambientes dotados de infra-estrutura física e todo um conjunto de serviços de suporte, podendo ser tradicionais, tecnológicas, de cooperativas, de design, culturais, de turismo, de artesanato, de agronegócios, de serviços especializados, etc;
- Cooperativas: junção de indivíduos ou empresas, com trabalho cooperado, em prol de um objetivo mútuo;
- Parques tecnológicos: espaços planejados para abrigar permanentemente empresas inovadoras, apoiando o seu desenvolvimento e competição, com integração com entidades de ensino e pesquisa;
- Condomínios empresariais: espaços preparados para receber empresas dentro de um sistema cooperativo de rateio de custos e busca de competitividade;
- Parques agroindustriais: áreas voltadas para receber equipamentos, empreendimentos e infra-estruturas estratégicas para o agronegócio;
- Arranjos produtivos locais (APLs): organização de empresas de um mesmo setor ou cadeia produtiva, que buscam se diferenciar do mercado por meio de ações coletivas inovadoras;
- Hotel de projetos: programas implantados em instituições de ensino ou pesquisa com o objetivo de estimular e apoiar o surgimento de novos projetos de empreendimentos;

- Escolas de empreendedores: programas desenvolvidos para estimular a cultura empreendedora e a criação de novas empresas, em instituições, organizações e mesmo cidades;
- Pólos de desenvolvimento: programas para promover nas cidades o planejamento, desenvolvimento e implantação de projetos focados num mesmo setor.

No entanto, são necessárias outras medidas concretas para apoiar novos negócios, ou seja, tornam-se indispensáveis ações e programas de suporte ao empreendedorismo, como: criar uma secretaria do empreendedorismo e da inovação, para criar e implementar mecanismos de geração de emprego e renda; um programa de crédito fácil; programas de exportações como cooperativas de comercialização e consórcios; programas de incentivos e benefícios, como diminuição de alíquotas fiscais e programas de acesso à imóveis; plano diretor para orientação do desenvolvimento urbano, econômico e social, de acordo com os projetos de desenvolvimento regional; centro de convenções e feiras para promoção de negócios; desenvolvimento de tecnologias por meio da criação de centros de tecnologia, núcleos e redes de informações; e, ações para promoção da cultura empreendedora por meio do ensino e educação empreendedora. (ANPROTEC, 2004).

Criar formas de empreender e implementar ações e programas de suporte aos empreendimentos, não é suficiente. Além de tais práticas, é preciso garantir que tal desenvolvimento seja capaz de se auto-organizar e se manter ao longo do tempo. E, então, é aqui que entra o conceito de desenvolvimento sustentável e integrado.

4. A SUSTENTABILIDADE E O DESENVOLVIMENTO LOCAL E INTEGRADO

A conceituação mais aceita e difundida de desenvolvimento sustentável diz respeito ao não esgotamento daqueles recursos naturais que são necessários para as gerações atuais e que se imagina que serão necessários também para as gerações futuras. Em geral se confunde sustentabilidade com durabilidade de um ente ou processo. Diz-se que um ente ou processo econômico, social, cultural, político, institucional, ambiental ou físico-territorial é sustentável quando se mantém prolongadamente no tempo, ou seja, quando este ente ou processo é durável. Mas a durabilidade é uma consequência da sustentabilidade. Se um sistema é sustentável, então ele é durável porque é capaz de se auto-organizar, de se reproduzir, enfim, de autocriar as condições para a sua continuidade. (FRANCO, 2000).

Pode-se dizer então, de acordo com Franco (2000), que desenvolvimento sustentável é aquele que leva à construção de comunidades humanas sustentáveis, ou seja, comunidades que buscam atingir um padrão de organização em rede dotado de característica como independência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade.

Assim, Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável implica todo desenvolvimento que, atua ativando uma determinada localidade no sentido de prosperidade econômica, social, políticas, humanas, ambientais e culturais, de acordo com as necessidades ansiadas dos que vivem e viverão nas mesmas. Para que tal fenômeno ocorra, é preciso que um conjunto de atividades se interaja entre si, sem exclusões, a participação de várias atividades: gestão local; planejamento participativo; construção negociada de uma demanda pública; programas e ações com a demanda pública da localidade; o fortalecimento da sociedade civil; o fomento ao empreendedorismo e a instalação de sistemas de monitoramento e avaliação. O que visa o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) é deixar um pouco a parte econômica de lado e se interessar mais pelo social e auto-suficiência.

É o que afirma Franco (2000, p. 30):

[...] deveria contemplar: a capacitação para a gestão local; a criação de uma nova institucionalidade participativa (conselho, fórum, agência ou órgão

similar, de caráter multisetorial, plural e democrático, encarregado de coordenar o processo de desenvolvimento na localidade); diagnóstico e planejamento participativos; a construção negociada de uma demanda pública da localidade (em geral materializada na forma de uma agenda local de prioridades de desenvolvimento); a articulação da oferta estatal e não-estatal de programas e ações com a demanda pública da localidade (ou similar, tendo por base a agenda local pactuada); o fortalecimento da sociedade civil (por meio do estímulo à ação cidadã, do apoio a construção de organizações sem fins lucrativos, sobretudo de caráter público, da celebração de parcerias entre os poderes constituídos e tais organizações e da promoção do voluntariado); o fomento ao empreendedorismo (por meio da capacitação, do crédito e do aval para impulsionar e apoiar a criação e o desenvolvimento de novos negócios sustentáveis, com fins lucrativos mesmo); e a instalação de sistemas de monitoramento e avaliação.

Mas para que isso ocorra é preciso a implantação de novas práticas políticas, capazes de darem suporte a essa nova estrutura e ideologia de desenvolvimento, é o que comenta Franco (2000) ao dizer que DLIS é um campo de experimentação para novas práticas políticas (gestão), sociais (desenvolvimento social através de parcerias) e de desenvolvimento (através de novos padrões de produção e consumo) e por fim a universalização de idéias-valores como a preservação da vida, da liberdade e da não imposição de sofrimentos ao semelhante.

Além de práticas políticas, econômicas e sociais, é necessário práticas de sustentabilidade, que visam principalmente a sustentabilidade do meio ambiente, tendo em vista que se os recursos naturais existentes hoje não forem organizadamente restituídos, se findarão, deixando as futuras gerações escassas de recursos naturais para a sua sobrevivência.

Pode-se sim considerar o DLIS como uma estratégia de transformação da sociedade, através do empreendedorismo e do modo de atuação das pessoas na sociedade, fazendo-os ter uma nova visão mais complexa das coisas e dos fatos ocorridos em seu território, até que de modo indireto, incentivando-o a se desenvolver junto com a economia local, visando melhores condições de vida para si e seus futuros. Convictamente afirma Franco (2000, p. 34, grifo do autor): “*Implantar o DLIS é, assim, desinstalar um velho conjunto de práticas, substituindo-as por outras práticas – mais democráticas, mais cidadãs e mais sustentáveis.*”

Precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, por que, num mundo globalizado e extremamente capitalista, consumista e fragilizado diante da insegurança, o ser humano está perdendo a noção de quão preciosa é a vida e de que os recursos naturais são finitos, podendo estes se findar e a humanidade se extinguir. O pensador alemão Altvater critica contundentemente o atual sistema capitalista quanto à possibilidade de conciliar a crescimento do capital com o desenvolvimento sustentável, possibilidade por ele comparada à “realizações da quadratura do círculo” (ANDRÉA, 2002, p 10).

Franco (2000, p. 41) define sustentabilidade como a: “capacidade de auto-organização [...] Que esta capacidade é resultado de um padrão de organização em rede de um sistema complexo, [...] desde que tal padrão possua características como interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade”. Afirma ainda que:

Precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável [...] porque estamos confrontados com o desafio de superação da pobreza [...] e o enfrentamento dos seus fenômenos acompanhantes no caso do Brasil: as desigualdades sociais e regionais, a exclusão social e as vulnerabilidades que assolam grande parte da população do país. (FRANCO, 2001, p.42)

Através da DLIS é possível visualizar o crescimento de todas as partes envolvidas em seu complexo estrutural, partindo como ponto inicial a política local, que irá gerar o crescimento econômico que por sua vez produzirá desenvolvimento humano (pessoal) e social

(sociedade) e conseqüentemente reequilíbrio do meio ambiente. Nenhum processo de desenvolvimento econômico será sustentável sem que haja, concomitantemente e correspondentemente, desenvolvimento humano, social e ambiental (FRANCO, 2000), desinstalando um velho conjunto de práticas desumanas e substituindo-as por novas práticas mais democráticas, cidadãs e sustentável.

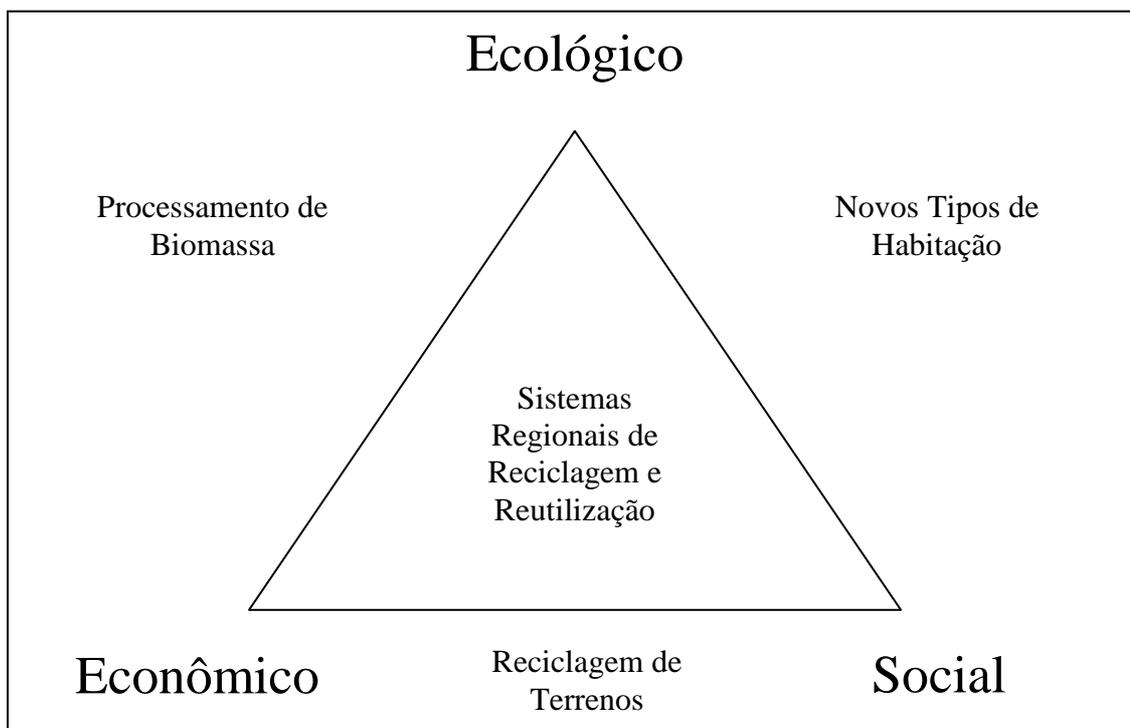


Figura 1: Triângulo do Desenvolvimento Sustentável

Fonte: MEYER-STAMER, Jörg. **Estratégias de Desenvolvimento Local e regional: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica**. Friedrich Ebert Stiftung. Policy Paper: 2001, p. 18.

Assim, este desenvolvimento sustentável requer três itens: preservação ambiental, aumento da produção (econômico) e equidade social, o que pode ser proporcionado incentivando a formação de cooperativas de produção. Para a integração de desenvolvimento local e sustentável deve-se manter a preservação do meio ambiente e a biodiversidade. Sem que exista a preservação para manter sua própria continuidade, não se pode ser aceita como projeto de desenvolvimento sustentável.

O incentivo ao desenvolvimento local deve vir acompanhado de uma análise de viabilidade e dos riscos ambientais, pois eleva o sistema produtivo que, basicamente, representa-se por insumos + trabalho + tecnologia + equipamentos + transporte e entre os itens citados os insumos e o transporte são os que mais contribuem para o comprometimento do ambiente. Os insumos por levar à escassez se não forem utilizados de forma planejada e com reposição adequada, e o transporte por comprometer a qualidade do ar e contribuir para o aquecimento global. Desta forma, para promover o desenvolvimento sustentável, deve-se examinar os ciclos produtivos, circulação de produtos e equipamentos, para que reduzam a intensidade de utilização dos recursos naturais (ANDRÉA, 2002).

Franco (2000, p. 55) comenta que: “[...] não podemos saber qual o valor ideal das variáveis, nem mesmo os módulos dos seus intervalos de flutuação e, assim, não podemos saber se estamos indo no caminho correto, isto é, o de ensinar a manifestação dos círculos virtuosos que o DLSI visa desencadear”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir então que o desenvolvimento econômico local é uma forma de contribuir para que um determinado local desenvolva suas potencialidades e capacidades, gerando inclusão social, igualdade de renda, qualidade de vida e equilíbrio ambiental. Para que ele ocorra é necessária uma maior participação cívica de forma democrática e ações políticas que o favoreça e estimule. Quanto à participação cívica, envolve altos níveis de confiança, participação e comprometimento, que são os aspectos básicos da formação do capital social. E, quanto às ações políticas, elas ocorrem no fornecimento de infra-estrutura adequada de um local, incentivos fiscais, apoio para desenvolvimento com instituições de fomento que gerem pesquisas e tecnologia, que são práticas de apoio ao empreendedorismo e geração de novas empresas.

Como formas de empreender para gerar desenvolvimento local, foram citadas as cooperativas, incubadoras, parques tecnológicos, arranjos produtivos locais, redes, entre outros, que são estratégias voltadas para a abertura de um mercado e para melhor negociação, além de serem estratégias que geram o envolvimento, a participação, a confiança e o comprometimento de todos os envolvidos.

Em síntese podemos dizer que o Desenvolvimento Local e Sustentável, é o modo de promover o desenvolvimento que leva em conta o papel de todos. Portanto o desenvolvimento só é desenvolvimento sustentável mesmo se for humano e social, tornando assim melhor a vida das pessoas que vivem hoje e das que viverão amanhã.

Sobre a questão da avaliação, não existe nenhuma fórmula ou base para elaboração ou comparação para o desempenho do DLSI, o que se pode fazer é comparar uma situação sócio-econômica anterior com outra atual após a implantação de um programa de DLSI em determinada localidade de acordo com suas principais necessidades. Não se pode perder de conta que, se houve algum outro aspecto (outro evento político, social, econômico) além do DLSI, que também traga transformações na sociedade, é necessário distinguir o que é decorrente de um e de outro para que não se atribua valores errôneos sobre ao novo processo implantado.

5. REFERÊNCIAS

ANDRÉA, Sérgio. **Desenvolvimento Local e Sustentável**. Friedrich Ebert Stiftung. Policy Paper: 2002.

ARAÚJO, Paulo Sérgio Oliveira. **Desenvolvimento Local e Sustentabilidade**. Texto extraído da Dissertação de Mestrado defendida pelo autor na UFRN, em 12/05/2005. Disponível em: www.desenvolvimentolocal.org.br. (acesso em 16/06/2006)

ANPROTEC. **Agenda das cidades empreendedoras e inovadoras**. 2004. (disponível em: www.anprotec.org.br)

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. **Desenvolvimento Local e redes sócio-produtivas** [online]. Rede DLIS, s/d. Disponível em: www.desenvolvimentolocal.org.br. (acesso em 16/06/2006).

DEGEN, R. J. **O empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial**. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.

DRUCKER, P.F. **Inovação e Espírito Empreendedor: prática e princípios**. 6º Edição, São Paulo. Pioneira: 1987.

FRANCO, Augusto. **Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável**. Editora Eletrônica: comprukromus Editoração e Assessoria Gráfica Ltda. Instituto de Política. Brasília- DF: 2000.

FRANCO, Augusto. **Capital Social**. Copyright. Brasília-DF: 2001.

LEITE, Emanuel Ferreira. **O fenômeno do empreendedorismo criando riquezas**. 3ª Edição. Recife: Bagaço, 2002

MEYER-STAMER, Jörg. **Estratégias de Desenvolvimento Local e regional: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica**. Friedrich Ebert Stiftung. Policy Paper: 2001.

MEYER-STAMER, Jörg. **Porque o Desenvolvimento Econômico Local é tão difícil, e o que podemos fazer para torna-lo mais eficaz?**. Friedrich Ebert Stiftung: 2004.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Tradução Sérgio Góis de Paula. Zahar Editores, Rio de Janeiro: 1976.

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultura, 1991.

TENÓRIO, Fernando Guilherme; DUTRA, José Luis Abreu; MAGALHÃES, Carla Marisa Rebelo. **Gestão social e Desenvolvimento Local: uma perspectiva a partir da cidadania deliberativa**. Anais do XXVIII ENANPAD – Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. Curitiba – PR: 2004.